

# O imaginário e o real na fala dos pracinhas

## Uma análise linguística

*Simone Tostes\**

### Introdução

A investigação de eventos de fala é uma oportunidade privilegiada de acessar a mente humana. Isso decorre do fato de que, ao contrário do discurso escrito, planejado e pré-organizado, a fala espontânea é a concretização de pensamentos, emoções e impressões que, por vezes, ficam encobertos na modalidade escrita do discurso.

Segundo Castilho (2010), a língua falada

documenta simultaneamente os dois momentos fundamentais da linguagem: o momento de planejamento, pré-verbal, de caráter cognitivo, e o momento de execução verbal, de caráter sociointeracional. (p. 215)

Esse mesmo autor ressalta que,

[n]a língua falada, tudo “vai para o ar”, por assim dizer, fazendo dessa modalidade uma fonte preciosa para a identificação dos processos estruturantes da língua [...]” (Castilho, op. cit, p. 216)

Ao acessar o discurso de dois ex-pracinhas da Segunda Guerra Mundial, percebe-se que algumas escolhas do modo verbal — indicativo ou subjuntivo —, ainda que supostamente contrariem princípios previstos na descrição tradicional, na verdade espelham a situação de proximidade que o falante tem com os eventos e situações narrados.

Dentro desse esquema, confirma-se o postulado funcionalista de que o significado de enunciados é mais do que o resultado do cálculo dos seus constituintes, o que remete necessariamente ao contexto e ao momento da fala. Sendo assim, a língua falada é o resultado da representação icônica da realidade na mente do falante. Sem esse entendimento, usos inesperados como os que estudamos seriam considerados agramaticais.<sup>1</sup>

Chamam a atenção do linguista atento à lógica gramatical determinados usos aparentemente “inexplicáveis”. Inscrevem-se nessa categoria enunciados que contrariam a lógica que distingue o real do imaginário, o possível do impossível. Des-

---

\* Ten Cel QCO (Magistério, Língua Inglesa; EsAEx/93; EsAO/99), mestre em Linguística (UFRJ/98), doutora em Linguística (UFRJ/05). Atualmente, serve no DECEX.

se modo, usos do indicativo para descrever fatos hipotéticos no passado, impossíveis de se concretizarem, seriam uma contravenção à norma prescritiva que estabelece graus de codificação de hipóteses num *continuum* que vai do real, passa pelo provável até chegar ao irreal.

Isso posto, coloca-se a seguinte pergunta de pesquisa para estudo, análise e conclusão:

Uma vez que o modo indicativo descreve o que é real, o que indica seu uso em enunciados que descrevem ou relatam o irreal?

## Fundamentação teórica

### **Modo verbal e Teoria dos Atos de Fala**

Os enunciados podem ser subdivididos em *modum* (modo) e *dictum* (dito). O modo é a avaliação que o falante faz sobre o dito. Assim sendo, existem três modos na língua portuguesa: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo. De maneira simplista, o indicativo refere-se a fatos reais; o subjuntivo, a fatos ir-reais, e o imperativo a um fato irreal que vai acontecer por força do ato da fala. Castilho (2010) apontou que a escolha do modo verbal constitui-se, por si só, em um ato de fala:

[...] a teoria dos atos de fala [...] separa cuidadosamente os conteúdos proposicionais e os usos que deles podemos fazer: um dos usos que ela estuda é a asserção, pela qual damos fé de que aquele determinado conteúdo se realiza no mundo; outro é a construção de situações imaginárias que não precisam corresponder pontualmente com aquilo que acontecer no mundo, mas podem ser úteis como exercícios do pensamento; outra ação ainda, bem diferente da asserção e da suposição, é a ordem. (p. 438)

Na distinção que faz entre os modos indicativo e subjuntivo, que chama de *conjuntivo*, Said Ali (1964) ressalta que o termo *subjuntivo* não exprime com exatidão o real significado desse modo. Salienta ainda que, já no século XVI, os usos do modo subjuntivo não se restringiam a orações subordinadas, mas ocorriam principalmente em orações principais, sendo este, na verdade, seu uso mais antigo. Convém ainda destacar que a simples oposição entre os dois polos realidade/certeza e irrealidade/dúvida não são suficientes para dar conta da função do subjuntivo.

### **Teoria dos Atos de Fala**

De maneira bastante simplista, a Teoria dos Atos de Fala pressupõe que realizamos coisas ao utilizarmos a linguagem. Dessa forma, Austin (1962) destaca que dizer é mais do que declarar ou afirmar; trata-se de, efetivamente, realizar uma ação. Austin<sup>2</sup> foi um filósofo da linguagem. Na Teoria dos Atos de Fala, propõe que todo ato locucionário (o dizer, especificamente) realiza um ato *ilocucionário*. O ato locucionário é, por definição, realizado pela fala. Existem também os atos ilocucionários; equivale a dizer que são aqueles que “têm a força”, isto é, realizam determinada função da linguagem. Entre os atos ilocucionários listados por Austin, está a *declaração*, onde se inscrevem os enunciados considerados na presente análise. As declarações podem apresentar diferentes forças ilocucionárias, tais como o relato de experiência e o relato de opinião. É importante frisar que o ato ilocucionário inclui a intenção do falante. Afinal,

Faz uma grande diferença saber se estávamos advertindo ou simplesmente sugerindo, ou, na realidade, ordenando, se estávamos estritamente prometendo ou apenas anunciando uma vaga intenção, e assim por diante. (p. 88)

O autor destaca que, por muito tempo, houve confusão ao explicar-se um ato ilocucionário como ato locucionário. Austin então enfatiza que, há alguns anos, tem-se percebido que

a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística. (p. 89)

O grande diferencial da Teoria dos Atos de Fala para este estudo consiste em que determinados atos ilocucionários somente podem ser compreendidos em referência ao contexto em que são proferidos. Por exemplo, sabemos que uma pessoa insinua determinada coisa sem, contudo, caber utilizar o verbo correspondente ao resultado de seu ato locucionário. Portanto, não faz sentido dizer *Eu insinuo que o chefe está errado* para realizar o ato de fala implicado no proferimento. Isso se explica pelo fato de que o ato ilocucionário de insinuar localiza-se em um terreno alheio ao ato locucionário em si; pode ser explicado por um efeito produzido a partir de determinada habilidade.

Assim, é imperioso que o cálculo do significado final dos proferimentos leve em conta os elementos implicados no contexto, tais como a situação em que se realizam, quem emite o enunciado, em que condições

o enunciado é proferido, o grau de envolvimento do falante com aquilo que apresenta por meio do discurso e assim por diante.

Outro conceito que Austin (1962) apresenta em sua teoria é o princípio de que todo ato de fala deve obedecer a determinadas condições de felicidade. Assim, para que um ato seja considerado “feliz”, ou bem-sucedido, deve atender aos requisitos indicados para alcançar seu valor ilocucionário. Austin associa esses requisitos às “circunstâncias adequadas” em que o enunciado é realizado. (p. 30). O autor denominou esses requisitos de “doutrina das infelicidades.” Assim, de maneira geral, ao relatarmos uma experiência vivida ou apresentar impressões ou opiniões, é fundamental que o falante esteja sendo sincero, por exemplo. Por exemplo, se o falante profere *Este livro é bom* sem o ter lido, ele torna o ato de fala, que tem força ilocucionária de opinião, nulo, pois fere uma das “condições de felicidade”, para uma declaração opinativa — a de ser verdadeiro o conteúdo do proferimento.

### **A gramática funcional**

Para Aristóteles, a linguagem ilustra o pensamento; a linguagem, por sua vez, reflete o pensamento. Esse conceito foi adotado pelos funcionalistas, para quem a linguagem é um processo icônico, que pode representar uma época, uma cultura, um indivíduo. Ao realizarmos funções que exprimem *condição*, normalmente fazemos uso de duas conjunções mais recorrentes na nossa língua: *se* e *caso*; há ainda ocorrências em que os usuários da língua apresentam as duas contiguamente, gerando construções *se caso*.

Podemos citar como exemplo uma construção do tipo “*Se caso* João vier, vamos sair para jantar”. Observe que à justaposição dessas conjunções impõe-se uma ordem invariável uma vez que o enunciado “\**Caso se* João vier, vamos sair para jantar” soaria estranho aos ouvidos dos falantes da língua portuguesa. Seria outro exemplo de enunciado agramatical, que deve ser objeto de outro estudo.

Gryner (1998) sintetizou os três casos clássicos de condicionais no português do Brasil. Os exemplos a seguir exibem três situações que os ilustram:

C1: Se ele **chega** na hora, embarca.

C2: Se ele **chegar** na hora, vai embarcar/embarcará.

C3: Se ele **chegasse** na hora, embarcaria.

Para a autora, a escolha da forma verbal que acompanha a conjunção *se* reflete uma gradação no que se refere à possibilidade de ocorrência da oração principal: C1 representaria uma chance real de concretização do fato expresso na oração subordinada; C2 ilustraria uma possibilidade potencial de realização do fato ilustrado na oração principal, e C3 demonstraria uma situação irreal, uma vez que a frase da oração principal não tem mais possibilidade de se concretizar.

O estudo realizado por Gryner (op. cit.) conseguiu demonstrar que, em amostras de fala espontânea, em que o falante não realizou um planejamento prévio, seja por meio de texto escrito ou por meio de roteiro de tópicos a serem seguidos, as três categorias têm frequência diferenciada, sendo C1 a forma mais comum, C2, a for-

ma com frequência intermediária, e C3, a forma mais rara de apresentação.

Essa distribuição da frequência de ocorrências remete, segundo a autora, ao conceito de *marcação* linguística (Givón, 1995), segundo o qual estruturas linguísticas mais “custosas” para processar no cérebro são menos frequentes, ao passo que as menos complexas são as mais usuais cotidianamente. Diante dessa perspectiva, é correto admitir que C1 (*chega*) é *menos marcado* e, portanto, mais frequente do que C2 (*chegar*). Já C3 (*chegasse*) representaria o modo mais complexo de expressão de uma condição, sendo, portanto, *mais marcado* do que C1 e C2. C1 e C3 estariam, então, nas extremidades do *continuum*, representando, respectivamente as formas menos marcada e mais marcada.

O “custo” no processamento das condições refere-se à escolha da forma verbal (C1 com morfema 0 – sem alterar a forma de indicativo do verbo); C2 com verbo terminando em *-r* (futuro do subjuntivo) e C3 com final em *-sse* (imperfeito do subjuntivo). Além disso, existe uma distância no pensamento do falante expressa pelos conceitos de real e irreal, estando o primeiro mais próximo da mente do falante, e o segundo, mais distante.

Gryner (op. cit.) sintetiza a gradação expressa na gramática da seguinte maneira:

[...] a forma menos complexa – PI – [presente do indicativo] com morfema zero, é não marcada e se opõe às formas – FS e IS – [futuro do subjuntivo e imperfeito do subjuntivo], crescentemente mais complexas, que são marcadas pelos morfemas (-r) e (-sse). (p. 147)

No que concerne ao aspecto da marcação linguística, a autora estabelece a distinção entre o real e o irreal no imaginário do falante:

A forma estruturalmente menos complexa – PI – refere-se aos eventos *reais*, que são os menos marcados e mais frequentes na comunicação; os dois níveis de maior complexidade formal – FS e IS – correspondem aos eventos *não-reais* (não realizados e/ou não realizáveis), que são os mais marcados e menos frequentes na comunicação. (p. 147-148)

É importante notar que a diferença entre as formas verbais da oração subordinada está na representação mental que o falante tem do evento enunciado. Assim, eventos do tipo C1 representam situações reais, que efetivamente ocorrem ou ocorreram. Na outra extremidade, situações irreais ou impossíveis são codificadas como C3. Grynier (op. cit.) é categórica ao afirmar que essas duas estruturas são “cristalizadas” para expressar o real e o irreal, respectivamente. Entretanto, as ocorrências nas falas dos ex-pracinhas aparentemente contradizem essa asserção.

## Metodologia

Para este estudo, seguimos o paradigma qualitativo de pesquisa científica. Em oposição à tradição de investigação quantitativa, a pesquisa qualitativa não pretende chegar a conclusões a partir da generalização estatística dos fenômenos para compor leis universais. Em vez disso, ocupa-se em estudar detalhes de uma situação específica. Outra característica desse tipo de pesquisa é lidar com uma análise hermenêutica dos dados co-

letados. Nesse tipo de análise, o pesquisador interpreta o objeto segundo seu ponto de vista, inculcado de valores, referências culturais e crenças (Appolinário, 2011, p. 145).

Quanto à finalidade, trata-se de uma pesquisa básica ou pura, cujo objetivo é o avanço do conhecimento teórico sobre o fenômeno estudado e, portanto, não resulta em uma proposta de aplicação prática para a realidade. Em relação ao tipo, convém destacar sua natureza puramente descritiva, de maneira que o investigador não interfere na realidade dos fatos que se apresentam. No que concerne à origem dos dados, constitui-se em pesquisa de estratégia documental uma vez que os dados são oriundos de gravação em vídeo, sendo este o documento de consulta que serve para atestar e ratificar os achados desta investigação.

## Coleta de dados

A pesquisa considerou o trecho de uma entrevista gravada em vídeo disponível na rede mundial de computadores por meio do canal Youtube (Collela, 2011). A entrevista, com duração de aproximadamente nove minutos, mostra dois ex-pracinhas da FEB, os senhores Geraldo Tavares<sup>3</sup> e Joaquim Borges de Souza, residentes em Ribeirão Preto-SP, com 90 e 89 anos de idade, respectivamente, à época da entrevista, realizada em 2010.

A identidade de um dos entrevistados foi confirmada por fontes do Arquivo Histórico do Exército. O senhor Tavares, então cabo Tavares, foi identificado como um dos componentes do primeiro contingente a ser deslocado para a Itália, em julho de 1944, retornando em julho de 1945. Já o senhor Joa-

quim de Souza não teve seu nome registrado nos documentos históricos daquela instituição. Um dos motivos que dificultaram o acesso a informações do outro entrevistado foi a falta de dados adicionais além de seu nome.

Existem almanaques com os nomes de todos os militares envolvidos na Segunda Guerra, alguns dos quais organizados por ano de deslocamento para a campanha, outros organizados por postos (oficiais) ou graduações (praças), em sua maioria em arquivos impressos, o que dificulta a busca minuciosa em curto espaço de tempo. Essa foi uma das limitações encontradas pelo presente estudo, que liga a teoria linguística a dados de história militar: por vezes, informações importantes, que agregariam valor à pesquisa, estão inacessíveis ou se perderam no tempo.

O vídeo foi selecionado para análise por conter elementos que permitem classificá-lo como uma situação real de fala, em que os falantes expressam livremente seus pensamentos, sem seguir um roteiro e sem ensaio. Isso fica evidente nas várias estratégias evidenciadas de manutenção do turno, passagem consentida e assalto ao turno. Além disso, existem indícios de que a fala vai sendo planejada à medida que é expressa, o que, por vezes, fica espelhado nos alongamentos das vogais finais de algumas palavras. Essas características ilustram os aspectos de fragmentação, apontados por Chafe (1982) para tipificar o discurso falado.

Outro conceito elaborado pelo autor diz respeito ao *envolvimento na língua falada*, em oposição ao *afastamento da língua escrita*. Chafe (1985) estabelece, portanto, três níveis de envolvimento: (1) do falante consigo mesmo; (2) do falante com o ouvinte e (3) do

falante com o assunto. O primeiro e o segundo casos refletem-se no predomínio do uso de pronomes de primeira e segunda pessoas do singular, respectivamente. Já o terceiro reflete um envolvimento com o assunto e se aproxima a ponto de utilizar estratégias como exagero, exclamação, presente histórico, citações diretas e vocábulos como “mesmo” e “realmente”.

O entrevistador, embora esteja presente, não se pronuncia durante a realização da gravação, mas é claramente a pessoa a quem ambos os interlocutores se dirigem no momento da fala. Conclui-se que se trata de um relato livre de duas pessoas sobre experiências vividas no período da Segunda Guerra Mundial. Em nenhum momento do segmento analisado, os entrevistados são interpelados ou interrompidos pelo entrevistador para comentários ou pedido de esclarecimentos. É de se supor que o vídeo tenha sido gravado pelo próprio Collela, uma vez que o autor da postagem se identifica como graduado em Cinema.

Realizada a transcrição das sentenças, constatou-se que os enunciados que representam condições são realizados de diferentes maneiras. Além disso, algumas ocorrências do modo indicativo em situações distantes no passado seriam aparentemente inexplicáveis uma vez que o subjuntivo seria o modo verbal que descreve acontecimentos improváveis de se concretizarem — o irreal.

Dessa forma, realizou-se a análise de base qualitativa, em que foram destacados os enunciados que expressam condições para classificá-los e analisá-los à luz da abordagem funcionalista e da Teoria dos Atos de Fala. Após essa fase, buscaram-se na litera-

tura estudos sobre orações condicionais e modos de expressão da realidade que explicassem o uso tão singular do modo indicativo para expressar uma condição impossível de se realizar.

## Análise dos dados

O foco de análise desta pesquisa concentra-se na interpretação de enunciados que representam a imaginação do que não se realizou ou do que não é mais passível de acontecer — são representações do irreal, imaginário, portanto. As sequências que merecem destaque na presente análise são as transcritas a seguir, divididas em duas categorias:

### Irreal com conectivo

- (a) **Falante 1:** [...] Porque se *ficar* em pé, ah, \_ [assalto ao turno]
- (b) **Falante 2:** \_ Ela pega. Se não *pega*, o inimigo pega a gente.
- (c) **Falante 2:** Ele já (es)tava todo minado; eles tinham minado ele porque ali se ali qualquer um *pusesse* a mão ali, *explodia* tudo [...].
- (d) **Falante 2:** Mas se o companheiro *morre* ali, (vo)cê *segue* pra frente, (vo)cê “num” vai parar pra tomar conta dele não.

As construções (b) e (d) configuram períodos compostos por subordinação com conjunção condicional *se*. São exemplos categóricos de eventos não realizados e impossíveis de se realizar haja vista que os falantes encontram-se distantes no tempo e no espaço em relação às situações narradas. Ainda assim, o Falante 2 elege a forma de condicional CI (Se

ele **chega** na hora, embarca), que abordamos no início deste trabalho, onde as duas cláusulas — a oração principal e a subordinada (com a conjunção *se*) — se realizam com verbos no presente do indicativo.

Em princípio, essas ocorrências aparentemente contrariam os achados de Gryner (1998), que apresenta a cristalização das formas de representação do *real* e do *irreal*, isto é, trata-se de aparente subversão às formas reconhecidas e recorrentes na língua falada. É, no entanto, a própria autora quem desata o suposto nó que se formou com essas ocorrências ao evocar princípios da teoria funcionalista de análise linguística.

A autora resolve o aparente paradoxo ao se referir às atitudes dos falantes em relação aos eventos narrados. Gryner (op. cit.) resolve a equação ao definir a escala epistêmica de acordo com o grau de envolvimento do falante com os eventos narrados; assim, a autora estabelece que a escolha da modalidade real representa a “adesão absoluta” à situação, que é codificada pelo uso categórico do presente do indicativo. (p. 151)

A ocorrência (c) ilustra um caso típico de situação irreal prevista na gramática. Embora o uso da forma verbal prescrita pela gramática normativa seja a forma de futuro do pretérito, a realização do verbo da oração principal na forma de imperfeito do indicativo (*explodia*) já vem sendo aceita há bastante tempo, sendo utilizada até mesmo por usuários com alto grau de instrução e escolaridade (cf. Said Ali, 1964).

Deixamos por último a ocorrência (a) uma vez que a mesma não foi concluída pelo falante, que sofreu um assalto ao turno, ficando impossibilitado de encerrar o enunciado. Mesmo incompleta, trata-se do planejamento

de uma sentença que descreve um fato irreal, conforme previsto no nível intermediário de probabilidade das orações condicionais (C2 – Se ele **chegar** na hora, embarcará). Assim, o uso do futuro do subjuntivo (*ficar*) tinha como expectativa a conclusão com uma oração com tempo verbal futuro.

É relevante ainda resgatar do trabalho de Gryner (1998) a distinção de duas tipologias de orações condicionais que expressam noções semânticas distintas: a generalização e a exemplificação. No que concerne às orações que expressam generalização, a autora distingue dois tipos — as [+ genéricas] e as [- genéricas]. Ao contrário das [- genéricas], que não se prestam a codificar generalizações, enunciados de traço [+ genérico] refletem “princípios universais,” “verdades eternas” ou “intemporais.” Podem ser parafraseadas por “todas as vezes que”, “sempre que.” (p. 152).

A autora sintetiza o significado da tipologia das condicionais que expressam generalização:

A proximidade conceptual entre condicionais genéricas e reais vem expressa pela proximidade formal [simbolizada pelo uso do PI – presente do indicativo]: as reais são codificadas categoricamente pelo PI, as genéricas são codificadas pela mesma forma, mas apenas preferencialmente. (p. 153)

### **Irreal sem conectivo**

(e) **Falante 1:** (Vo)cê tinha que (es)tá(r) alerta, muito vivo porqueeee *escutou* qualquer barulhinho, deitasse, seja onde for.

(f) **Falante 1:** [...] (Vo)cê via um cacho de uva, só tem uva, alguma coisa [inin-

teligível], (vo)cê via um cacho de uva bonito, fica com aquela vontade... não pode pegar uma. *Não mexa não, que é melhor pra você.*

(g) **Falante 1:** *Eles [os ingleses] pode(m) passar em cima de você, nem olha(m) na tua cara.*

Castilho (2010) fez a seguinte ressalva em relação às condicionais: “No período hipotético propriamente dito, a ideia de condição ou hipótese se exprime não só pela conjunção, mas ainda pelo tempo e o modo dos verbos” (p. 375). O enunciado (e) se enquadra nesse enfoque uma vez que representa como a condição um fato imaginário para que o verbo da oração principal seja possível, sendo, portanto, ainda mais impossível de se realizar.

Curioso é o fato de que o falante produz uma sentença (e) do padrão irreal (tipo C3) com características deslocadas — a forma verbal que deveria expressar a condição é alçada à oração que encerra o resultado da condição. Aparentemente agramatical, o enunciado exprime o significado de condição, ainda que quebre os parâmetros previstos e “cristalizados” (Gryner, 1998) para exprimir a condição irreal.

Ao se referir às orações condicionais, Austin (1962) as classifica como “dúbias”, o que pode indicar que se trata de um campo vasto para pesquisa e análise de sua evolução. Esse autor dá conta de explicar a produção do enunciado (f) com a formulação do conceito de *implicatura*. Isso significa que a frase *Não mexa não, que é melhor pra você* traz embutido o significado de que *Se mexer, vai ser/será pior pra você*, podendo ser considerada como um tipo de condicional C2.



Por sua vez, o enunciado (g), que se refere ao povo inglês de maneira geral e relata uma impressão do falante, apresenta uma generalização, conforme prevista por Gryner (1998). Seria equivalente ao que a autora se refere como “omnitemporais”, podendo ser parafraseadas como “todas as vezes que” ou “sempre que.” (p. 152). Trata-se de uma asserção que o falante faz sobre os ingleses baseada em sua experiência convivendo com militares daquela nacionalidade. A escolha do presente do indicativo mais uma vez indica comprometimento total — nesse caso, com implicações afetivas — com o que é enunciado.

Por fim, cabe uma reflexão acerca da ausência de marcas pronominais de primeira pessoa do singular. Em nenhum momento da sequência analisada, os entrevistados se referem a si mesmos como partícipes de um evento específico; em vez disso, reportam situações ocorridas com terceiros. Ao se referirem a eventos que expressam uma experiência vivida, utilizam o pronome indefinido “você.” Fica óbvio que a escolha não se refere ao interlocutor, que, nesse caso, é o entrevistador. A entidade “você” representa em seu imaginário a crença em uma verdade absoluta, inquestionável. Nessa medida, se aproximam do enunciado ao escolherem o modo indicativo, que espelha sua adesão e concordância total ao que está sendo proferido.

### **Considerações finais**

Perscrutar eventos de fala espontânea constitui-se em oportunidade privilegiada de acessar informações sobre o funcionamento da mente humana. Assim, a pesquisa com eventos de fala de dois ex-pracinhas

da Segunda Guerra Mundial permitiu a verificação de impressões e valores advindos da participação no conflito. Chamaram a atenção para o estudo as escolhas inusitadas que os falantes realizam ao relatar fatos imaginários do conflito no modo indicativo.

Estudos anteriores apontam que a expressão de condições no passado configura a irrealidade — os fatos que não podem ser mais concretizados. Trata-se, então, de um dos extremos do *continuum* que vai do real, passa pelo provável até chegar ao irreal. Portanto, diante da irrealidade dos fatos que vão sendo narrados ao longo da entrevista, o modo subjuntivo seria a forma preferida. Entretanto, ao longo da interação, não é isso que se verifica.

O estudo captou ocorrências de fatos irrealis realizadas por condicionais com e sem conectivo. A possibilidade de ausência do conectivo (conjunção *se*) já havia sido apontada por Said Ali (1964), que indicou que as orações condicionais não são expressas exclusivamente pelo modo subjuntivo ou mesmo por condições, podendo ser realizadas, inclusive, na oração principal.

De maneira geral, constatou-se uma preferência do modo indicativo sobre o subjuntivo para expressar situações irrealis e imaginárias, impossíveis de se concretizarem. No mesmo estudo, Gryner (1998) aponta que a forma de expressar o irreal é “cristalizada”, sendo obrigatoriamente realizada no subjuntivo. Todavia, a própria autora resolve o impasse do uso do modo indicativo para expressar o irreal ao lançar mão de princípios funcionais da língua. Por isso, os usos de indicativo detectados nesta pesquisa podem ser explicados

como situações de generalização e de envolvimento ou adesão total ao enunciado sendo proferido. De fato, constata-se a adesão do falante ao expressar seus sentimentos e julgamentos a respeito do tema que permeia toda a conversa: “sobreviver ao inimigo”.

Essas generalizações são ratificadas por meio do uso do pronome de 3ª pessoa do singular neutro (você), referindo-se a “qualquer um”, visto que se trata de uma generalização considerada como verdade absoluta para o falante. Dessa forma, apesar de relatar o aprendizado das lições da guerra, o entrevistado o faz a partir de um patamar “distanciado”. São duas funções linguísticas que se complementam: ao mesmo tempo em que adere de forma irrestrita ao conteúdo dos enunciados, apresenta-o a partir de uma perspectiva superior;

distante, uma vez que atribui o *status* de verdade inquestionável e imutável.

Por último, vale apontar que os estudos linguísticos podem ser o ponto de partida para trabalhos interdisciplinares, com a Psicologia e a Psicolinguística, em casos de situações de estresse pós-traumático, agregando valor, por exemplo, a estudos pictóricos<sup>4</sup> já desenvolvidos. Assim como o desenho, a fala espontânea, não planejada, reflete a estrutura afetivo-cognitiva correspondente. Na situação específica de soldados egressos de situações de combate ou beligerantes, estudos linguísticos disponibilizam janelas que podem auxiliar no processo de desmobilização e posterior atendimento e tratamento a fim de superar situações extremas vivenciadas, resolvendo traumas e conflitos inconscientes. **REB**

## Referências

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAFE, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: Olson, D. R.; Torrance, N. & Hildyard, A. (Eds.) **Literacy, language and learning. The nature and consequences of reading and writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CHAFE, W. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In Tannen, D. **Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy**. Norwood: Ablex, 1982. p. 35-53. COLLELA, A. **Relatos de ex-combatentes da Segunda Guerra** - (2010) - Pracinhas – FEB. YouTube. 11 fev. 2011. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=uZKmJ1hNr1E&t=23s](http://www.youtube.com/watch?v=uZKmJ1hNr1E&t=23s)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

GRYNER, H. Variação e iconicidade: a representação morfossintática de uma hierarquia semântica. **Revista Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 139-160, jul./dez. 1998.

---

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Arquivo Histórico do Exército. **Listagem de embarque da FEB**, 1968.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Arquivo Histórico do Exército. **Listagem dos assentamentos militares**. s.d.

MONTEIRO DA SILVA, A. M.; NEVES, L. C. Vivências de forças militares de paz no Haiti: um estudo pictórico. In: Soares Filho, D. e Tostes, S. C. (Orgs.) **Humanis**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, 2013.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

---

<sup>1</sup> O termo agramatical refere-se a sentenças mal construídas e, portanto, rechaçadas por qualquer falante nativo da língua em questão. Essa noção não está relacionada ao conceito de “certo” ou “errado” da gramática normativa, mas, ao conceito de aceitável de acordo com as regras de funcionamento da língua. Como exemplo, de acordo com as regras da língua portuguesa, um enunciado como O gato comeu o peixe é considerado aceitável, enquanto \*Gato o comeu peixe o, inaceitável e, portanto, agramatical.

<sup>2</sup> Austin foi militar e serviu ao corpo de inteligência britânico durante a Segunda Guerra. Deixou as fileiras do exército em 1945 no posto de tenente-coronel.

<sup>3</sup> Falecido em 2011 na cidade de Ribeirão Preto-SP.

<sup>4</sup> Cf. Monteiro da Silva & Neves, 2013.